



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
PACTO PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PARAÍBA

Conv nº 006/2014

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA PARAÍBA POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL E O MUNICÍPIO DE SALGADO DE SÃO FÉLIX, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ADIANTE FIXADAS.

1 – DAS PARTES

1.1 na qualidade de CONCEDENTE, Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal, entidade da administração direta do Estado da Paraíba, CNPJ nº 08.761.124/0004-44, com sede e foro na Capital Paraibana, Rua Rodrigues de Aquino, nº 496, Jaguaribe, aqui representada por seu titular MANOEL LUDGÉRIO PEREIRA NETO, brasileiro, casado, deputado estadual e empresário, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 549.598.614-87, Carteira de Identidade nº 1.070.226 expedida por SSP/PB;

1.2 na qualidade de CONVENENTE, o Município de Salgado de São Félix, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 09.072.463/0001-33, representado pelo Prefeito Constitucional ADAURIO ALMEIDA, residente e domiciliado na cidade de Salgado de São Félix, na Fazenda Santa Cruz, Zona Rural, S/N, CPF nº 714.424.564-34, Carteira de Identidade nº 129.203, expedida por SSP/PB;

1.3 na qualidade de INTERVENIENTE, a Secretaria de Estado da Saúde, entidade da administração direta do Estado da Paraíba, CNPJ nº 08078268/0001-60, com sede e foro na Capital Paraibana, Avenida Dom Pedro II, nº 1.826 – Bairro Torre, aqui representada por seu titular WALDSON DIAS DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 028578024-71, Carteira de Identidade nº 5396195, expedida por SSP/PE.

2 –DECLARAÇÕES

O presente instrumento reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir enumeradas e:

- 2.1 Constituição Federal, art.211, §4º e art. 213;
- 2.2 Constituição do Estado;
- 2.3 Lei Nacional 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;
- 2.4 LDO 2013 - Lei 12.708/2012
- 2.5 Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000
- 2.6 Decreto Estadual 33.884, de 3 de maio de 2013;
- 2.7 Decreto Estadual 32.792, de 1º de março de 2012 que instituiu o Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba;
- 2.8 Edital do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba publicado em 27 de março de 2013;
- 2.9 Lei Orgânica e Regimento Interno, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado as demais normas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;
- 2.10 Normas e Pronunciamentos da Controladoria Geral do Estado.
- 2.11 Proposta(s) selecionada(s) em razão da chamada pública constante do item “2.4” acima e respectivas Contrapartidas Solidárias acordadas entre o Estado e o Município.



Fls. 131
Pauva

3 – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a **Construção de um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**, tudo em conformidade com o Plano de Trabalho anexo, que independente de transcrição é, para todos os fins de direito, parte integrante deste instrumento.

3.1 Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho e Termo de Referência apresentado pelo CONVENIENTE e aprovados pela CONCEDENTE, o qual passa a integrar este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, nos moldes do Anexo I – Plano de Trabalho do EDITAL do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba/2013.

4 – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Para execução do objeto pactuado, o Estado, por meio da Concedente, repassará, observado o cronograma previsto no Plano de Trabalho, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

4.2 O valor acima consignado está vinculado a seguinte rubrica orçamentária:
06, fonte de recurso FUNCEP.

4.3 Tendo sido constituída a seguinte Reserva Orçamentária número: 00072;

4.4 Os recursos serão repassados por meio eletrônico diretamente para conta corrente bancária especialmente aberta para a movimentação dos recursos deste Convênio.

5 – DAS PRÉ-CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 A liberação da primeira parcela fica condicionada a apresentação pelo Conveniente de prova da:

a) abertura da conta corrente específica, identificada por “PACTO/SEDAM Conv nº 006/2014; e,

5.2 A segunda parcela e seguintes, exceto a última, serão liberadas se e somente se:

- a) a CONVENIENTE apresentar a publicação da Homologação da licitação realizada para execução do objeto pactuado ou do extrato de Contrato (s) firmado (s) para o mesmo fim.
- b) o SGI-Pacto estiver alimentado com a (s) Prestação (ões) de Contas relativas aos recursos anteriormente liberados; e,
- c) o SGI-Pacto estiver alimentado com as informações pertinentes à realização das contrapartidas solidárias pactuadas.

5.3 para liberar a última parcela de recursos, a Interveniante deverá apresentar relatório circunstanciado acerca da regularidade ou não da comprovação da aplicação dos recursos repassados anteriormente e, no caso de obras e serviços de engenharia, ensaio fotográfico onde se ateste o estágio da obra.

6 - CONTRAPARTIDA SOLIDÁRIA

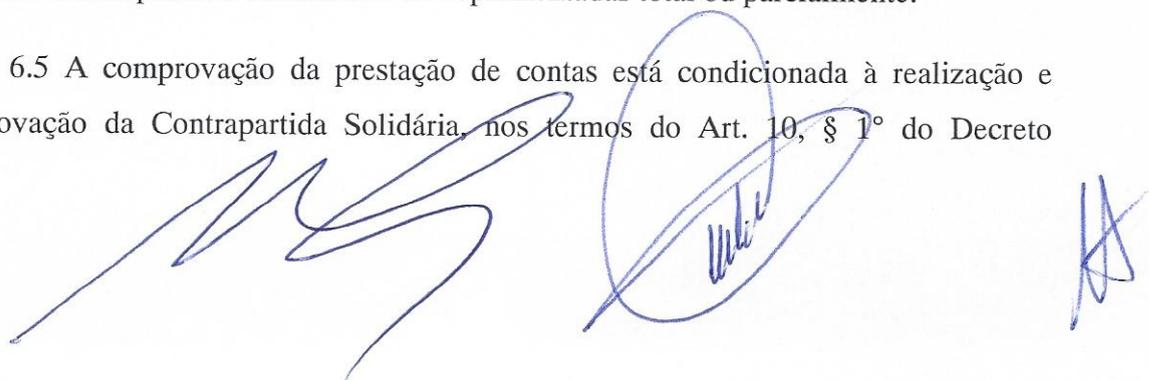
6.1 As Contrapartidas solidárias a que se comprometeu o Conveniente são as enumeradas no anexo I, deste documento;

6.2 Informações detalhadas sobre a execução das contrapartidas solidárias deverão ser tempestiva e regularmente alimentadas no SGI-Pacto;

6.3 O descumprimento da contrapartida solidária enseja Tomada de Contas Especial e Desaprovação das Contas Prestadas, declarando-se o Conveniente inadimplente com a Administração Estadual;

6.4 Conforme o caso, poderá o Conveniente ser obrigado a devolver ao Tesouro Estadual recursos equivalentes ao necessário para realizar ou complementar a realização parcial de Contrapartidas Solidárias não implementadas total ou parcialmente.

6.5 A comprovação da prestação de contas está condicionada à realização e comprovação da Contrapartida Solidária, nos termos do Art. 10, § 1º do Decreto

The bottom of the page features three handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is a long, sweeping cursive mark. The middle signature is more compact and appears to be 'M. C.'. The signature on the right is a stylized, angular mark.

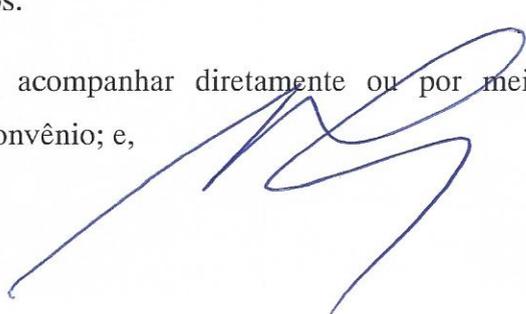
Pls. 133
Bom...

Estadual nº 32.792/2013 e será analisada pela equipe de acompanhamento da Secretaria do Estado da Saúde.

7 – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 Compete à CONCEDENTE

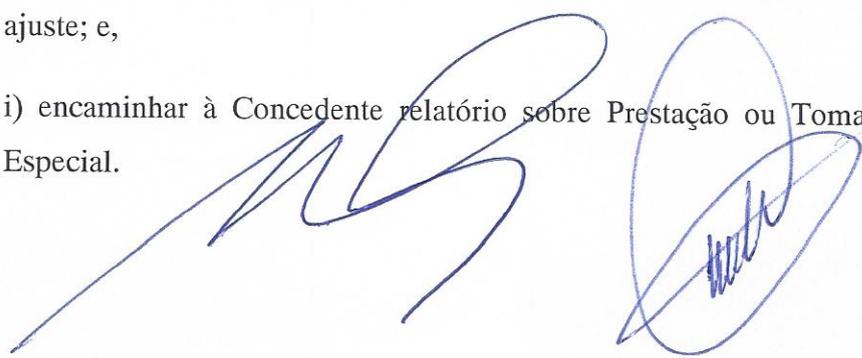
- a) liberar os recursos pactuados conforme o cronograma constante do Plano de Trabalho e observadas as pré-condições definidas no item “5” anterior;
- b) receber, examinar e deliberar sobre a realização de ajustes propostos no Plano de Trabalho e/ou prazo de vigência desta avença, sendo vedada alteração do objeto conveniado;
- c) instaurar Tomada de Contas Especial diretamente ou por meio da interveniente, sempre que:
 - i. houver descumprimento das cláusulas e condições aqui acordadas;
 - ii. o Conveniente não apresentar, no prazo fixado, Prestação de Contas parcial ou total, bem como justificativa de falhas apontadas pela Interveniente no acompanhamento do Convênio;
 - iii. houver ausência de prestação de contas parcial ou final, vencido o prazo estabelecido neste acordo ou prazo concedido para apresentação da prestação de contas ou justificativas em face de notificação expedida;
 - iv. houver falta de alimentação do SGI-Pacto com Prestação de Contas ou informação sobre a realização das contrapartidas solidárias; e,
 - v. houver indícios de irregularidades apontadas pela Interveniente ou decorrente do exame de denúncia sobre a má aplicação ou desvios dos recursos repassados.
- d) acompanhar diretamente ou por meio da interveniente a execução do Convênio; e,



- e) prorrogar a vigência do Convênio “de ofício” ou a pedido do Convenente, neste último caso quando o pedido for alimentado no SGI-Pacto com pelo menos trinta dias antes do término da vigência pactuada.
- f) alimentar o SGI-Pacto com as informações, dados, documentos, relatórios e pareceres produzidos em face do acompanhamento e fiscalização do Convênio.

7.2 Compete à INTERVENIENTE

- a) fiscalizar a execução do convênio tanto em relação à correta aplicação dos recursos repassados, quanto à execução das contrapartidas solidárias;
- b) receber, processar e emitir parecer acerca de Prestação de Contas apresentada;
- c) baixar em diligência prestação de contas apresentada para elidir dúvidas, sanear ou confirmar indícios de irregularidades;
- d) emitir parecer sobre a realização ou não das contrapartidas solidárias pactuadas e alimentar o SGI-Pacto com essas informações;
- e) informar a Concedente sobre regularidade ou irregularidade na execução do Convênio quanto à aplicação de recursos e realização das contrapartidas solidárias;
- f) realizar, à pedido da concedente, diligências e inspeções “in loco”, através de equipe de engenheiros e arquitetos, para fiscalização da execução do Convênio e em seguida, enviar informações e documentação ao concedente;
- g) instaurar, processar e emitir parecer sobre Tomada de Contas Especial instaurada por ela ou a pedido da Concedente;
- h) opinar, a pedido da Concedente e/ou da Convenente, acerca de ajustes no Plano de Trabalho, inclusive quanto a eventual prorrogação da vigência deste ajuste; e,
- i) encaminhar à Concedente relatório sobre Prestação ou Tomada de Contas Especial.

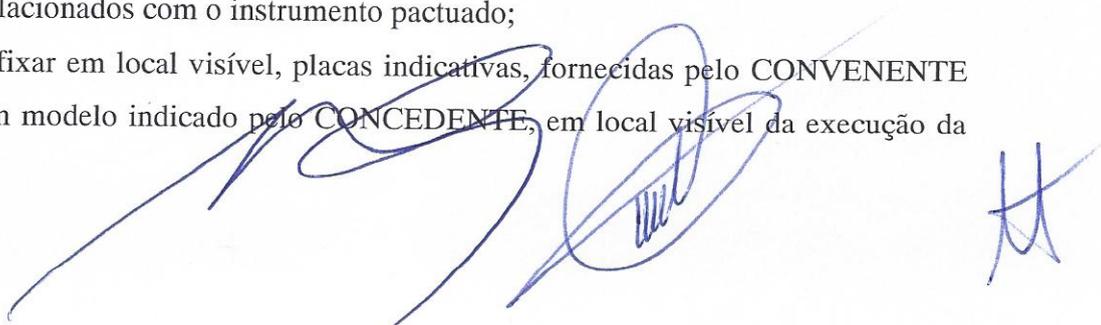


7.3 Compete à CONVENENTE

- a) Abrir conta específica para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio em instituição financeira oficial, nomeando-a como “PACTO/SEDAM Conv nº 006/2014.”
- b) Realizar a Contrapartida Solidária firmada em termo de ajustamento em anexo, que será comprovada juntamente com a prestação de contas dos recursos repassados pelo CONCEDENTE e, periodicamente, por meio de relatórios mensais que devem ser encaminhados ao Concedente e ao Interviente;
- c) Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- d) Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- e) Promover as licitações necessárias, de acordo com as normas estabelecidas na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e alterações;
- f) Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira;
- g) Solicitar, se necessário, prorrogação da vigência deste instrumento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término, acompanhada de justificativa e da documentação estabelecida no Decreto Estadual nº 33.844/2013;
- h) Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados do julgamento pelo E. Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas do gestor do órgão CONCEDENTE, relativa ao exercício de 2013;
- i) Apresentar relatórios mensais de execução físico – financeira e prestar contas dos recursos recebidos, bem como da execução da Contrapartida Solidária;
- j) Garantir livre acesso aos servidores dos Sistemas de Controle Externo e Interno, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos, fatos e documentos relacionados com o instrumento pactuado;
- k) Afixar em local visível, placas indicativas, fornecidas pelo CONVENENTE em modelo indicado pelo CONCEDENTE, em local visível da execução da

7.3 Compete à CONVENENTE

- a) Abrir conta específica para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio em instituição financeira oficial, nomeando-a como “PACTO/SEDAM Conv nº 026/2013.”
- b) Realizar a Contrapartida Solidária firmada em termo de ajustamento em anexo, que será comprovada juntamente com a prestação de contas dos recursos repassados pelo CONCEDENTE e, periodicamente, por meio de relatórios mensais que devem ser encaminhados ao Concedente e ao Interviente;
- c) Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- d) Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- e) Promover as licitações necessárias, de acordo com as normas estabelecidas na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e alterações;
- f) Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira;
- g) Solicitar, se necessário, prorrogação da vigência deste instrumento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término, acompanhada de justificativa e da documentação estabelecida no Decreto Estadual nº 33.844/2013;
- h) Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados do julgamento pelo E. Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas do gestor do órgão CONCEDENTE, relativa ao exercício de 2013;
- i) Apresentar relatórios mensais de execução físico – financeira e prestar contas dos recursos recebidos, bem como da execução da Contrapartida Solidária;
- j) Garantir livre acesso aos servidores dos Sistemas de Controle Externo e Interno, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos, fatos e documentos relacionados com o instrumento pactuado;
- k) Afixar em local visível, placas indicativas, fornecidas pelo CONVENENTE em modelo indicado pelo CONCEDENTE, em local visível da execução da



obra ou execução do serviço objeto do presente convênio, indicando a fonte e o valor do recurso.

8 - DOS PRAZOS

8.1 Este instrumento vigorará até 30 de Abril de 2014;

8.2 A convenente deverá apresentar prestação de contas final até 31 de Maio de 2014;

8.3 A convenente deverá responder eventual notificação da Concedente em até quinze dias após ciência no âmbito do SGI-Pacto;

8.4 Transcorridos trinta dias da liberação de recurso, exceto quanto à última parcela, a Convenente deverá apresentar prestação de contas parcial.

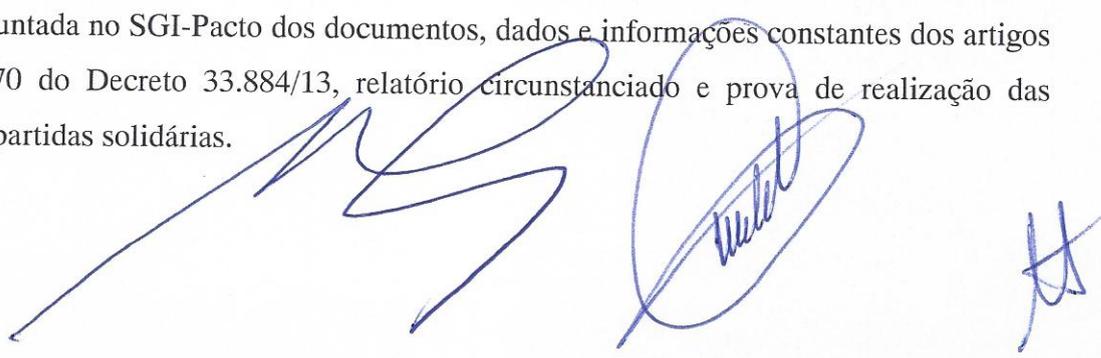
9 - DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÕES DE CONTAS

9.1 O Convenente, durante a execução do presente instrumento, observará, conforme o caso, as disposições contidas nos artigos 48, 49, 51, 53, 57 e 58 do Decreto 33.884/13, bem como alimentar e manter atualizadas as informações, os dados e documentos no SGI-Pacto;

9.2 Prestações de Contas Parcial ou Final devem ser realizadas exclusivamente por meio do SGI-Pacto;

9.3 Na(s) prestação(ões) de Contas parcial(is) o convenente deverá observar as exigências contidas nos artigos 66, inciso II, e 68 do Decreto 33.884/13; e,

9.4 Na prestação de contas final, além de apresentar comprovante de recolhimento ao Tesouro Estadual de eventual saldo de recursos do Convênio, deverá fazer juntada no SGI-Pacto dos documentos, dados e informações constantes dos artigos 69 e 70 do Decreto 33.884/13, relatório circunstanciado e prova de realização das contrapartidas solidárias.

The bottom of the page features three handwritten signatures in blue ink. The first signature on the left is a long, sweeping stroke. The second signature in the middle is a large, circular scribble. The third signature on the right is a smaller, more compact scribble.

10 – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Este convênio terá eficácia a partir da data de seu registro na CGE e publicidade no Diário Oficial do Estado;

10.2 O Convenente é responsável pela boa e regular guarda de todos os documentos originais que compõem as prestações de contas – parciais e total – que serão apresentadas pelo prazo mínimo de cinco anos a partir da data do Julgamento da Prestação de Contas Anual da Concedente em relação ao exercício financeiro em que ocorrer a última liberação de recursos em favor do Convenente;

10.3 A Convenente deverá assegurar amplo e irrestrito acesso a todos os documentos, dados e informações pertinentes ao presente ajuste aos órgãos de Controle Interno e Externo do Estado e do próprio município;

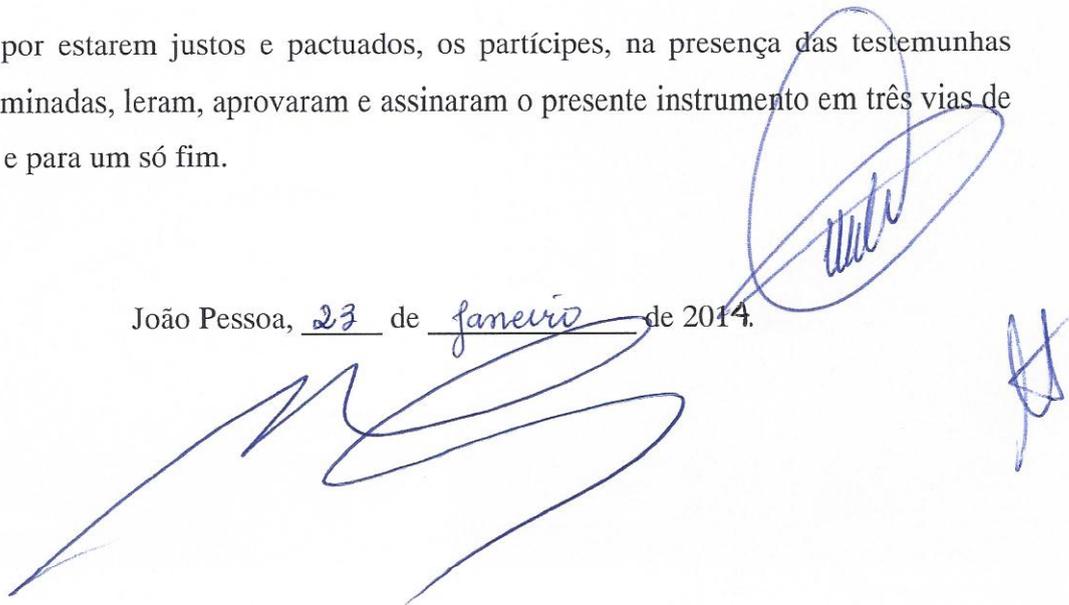
10.4 A Convenente em relação aos dados, documentos e informações relativas à execução do presente instrumento deverá assegurar, nos termos da Lei de Acesso à Informação, amplo e irrestrito acesso ao cidadão e/ou entidades da Sociedade Civil Organizada;

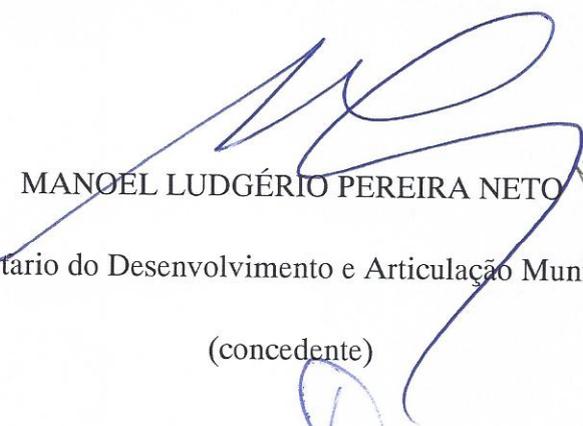
10.5 A Concedente comunicará à Câmara de Vereadores do Município de Salgado de São Félix quanto à assinatura deste pacto e sempre que ocorrer repasse de recursos para a Convenente.

10.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Concedente, auxiliada pela Interveniente, com fundamento nos princípios gerais de direito e nas normas de regência.

E por estarem justos e pactuados, os partícipes, na presença das testemunhas abaixo nominadas, leram, aprovaram e assinaram o presente instrumento em três vias de igual teor e para um só fim.

João Pessoa, 27 de Janeiro de 2014.



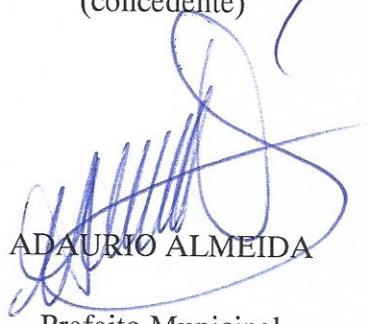


MANOEL LUDGÉRIO PEREIRA NETO

MANOEL LUDGÉRIO PEREIRA NETO
Secretário de Estado do Desenvolvimento e
da Articulação Municipal

Secretário do Desenvolvimento e Articulação Municipal

(concedente)



ADAURIO ALMEIDA

Prefeito Municipal

(convenente)



WALDSON DIAS DE SOUZA

Secretário da Saúde

(interveniente)

TESTEMUNHAS:

1-----

2-----



TERMO DE COMPROMISSO

Considerando a necessidade de combate as desigualdades sociais no Estado com políticas integradas, estimulando atividades produtivas, promovendo a inserção social, visando a melhoria de qualidade de vida da população em situação de exclusão social, sejam crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência, trabalhadores, grupos sociais em geral;

Considerando que através do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba os municípios parceiros se comprometem com a execução de ações e/ou atividades que impactam na melhoria das condições de vida de seus habitantes, denominadas de Contrapartida Solidária;

As ações a serem pactuadas como contrapartidas solidárias serão elegíveis entre aquelas listadas no Anexo II do presente edital.

O Prefeito Constitucional do município de **Salgado de São Félix** compromete-se a cumprir todas as ações abaixo pactuadas.

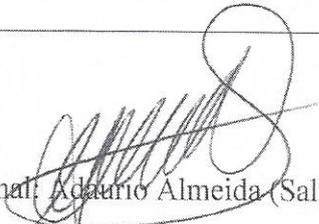
AÇÕES PACTUADAS	OBSERVAÇÕES
1. Reduzir a distorção idade-série do Ensino Fundamental em 20%;	Metas a serem alcançadas até dezembro de 2013.
2. Promover a adesão dos serviços municipais ao sistema de informação e dados sobre violência contra a mulher, implantado pela SEMDH e IDEME com informação mensal através do preenchimento do formulário;	Comprovar através do número de formulários próprios enviados mensalmente;
3. Assegurar a participação de mulheres em feiras e exposições locais, estaduais, nacionais e internacionais;	Comprovar através de fotos, emissão de passagens aéreas e terrestres, folders ou panfletos das feiras e depoimento das expositoras contempladas;

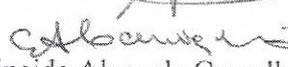
Pls. 141
Souza



<p>4. Reduzir a mortalidade infantil em 5%;</p> <p>5. Reduzir a mortalidade prematura (< 70 anos) em DCNT em 2%;</p> <p>6. Manter em zero óbito materno por causa evitável;</p> <p>8. Ampliar o número de exames citopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos (meta: 0,30):</p>	<p>A referência para aferição será o resultado alcançado no ano de 2012;</p>
<p>7. Aprovar no Conselho Municipal de Saúde, o Plano Municipal de Saúde:</p>	<p>Acompanhado através do SargSUS</p>

João Pessoa 27 de maio de 2013


Prefeito (a) Constitucional: Adairton Almeida (Salgado de São Félix)


Testemunha: Elinaide Alves de Carvalho (Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana)


Testemunha: Ademanda De Rocco Guimarães (Secretaria de Estado da Saúde)


Testemunha: Josana Silva de Souza (Secretaria de Estado da Educação)

